

Justiça: resolução dos problemas exige «vontade política»

2005/06/01 | 09:11

Boaventura Sousa Santos, director do Centro de Estudos Judiciais, sublinha necessidade de restaurar confiança na Justiça

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirmou terça-feira à noite em Coimbra que os problemas da Justiça, apesar de profundos, têm solução, desde que exista «vontade política».

«Há uma parte da classe política que gosta de ver a Justiça num embaraço político, há um secreto gosto de ver a Justiça humilhada», disse, confessando encarar a resolução dos problemas do sector com um «optimismo trágico».

O professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (UC) foi o conferencista num jantar/debate organizado pela Associação República do Direito, durante o qual fez uma intervenção sobre «A Justiça Portuguesa - Diagnóstico e terapêutica».

«Não há um sistema democrático que obrigue a que as reformas sejam feitas com seriedade. A complexidade da sociedade é de tal ordem que qualquer transformação vai encontrar muita resistência nos interesses instalados», adiantou, em resposta a um participante, ao sublinhar a necessidade de «restaurar a confiança na Justiça».

Uma nova cultura judiciária e uma nova política de Justiça, com um sistema integrado de resolução dos litígios, foram algumas das medidas «terapêuticas» preconizadas pelo director do Observatório Permanente da Justiça, que funciona no Centro de Estudos Sociais da UC.

Boaventura de Sousa Santos defendeu também uma nova forma de recrutamento e avaliação dos magistrados e reiterou a necessidade de uma «reforma profunda» do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

«Há muitas vozes a exigir o fim do CEJ, não é politicamente sensato. É preciso um recrutamento mais plural: não podemos excluir do acesso ao CEJ jovens de muita qualidade e admitir gente muito medíocre», salientou, defendendo também uma reforma das faculdades de Direito.

«Estamos preocupados com a quantidade de juízes, mas ainda não com a qualidade: quando forem feitos estudos sobre sentenças, sobre a actividade substantiva dos profissionais, vamos entrar em estado de choque», observou ainda o director do Centro de Estudos Sociais.

Na conferência, Boaventura de Sousa Santos defendeu ainda, entre outros aspectos, a reorganização do mapa judiciário, a discussão da ideia do juiz natural, a reforma do acesso ao Direito e à Justiça e uma nova organização e gestão dos tribunais.

Ao traçar o diagnóstico do sector, o sociólogo e jurista, que é também professor na Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), sustentou que, nos últimos dez anos, foram feitas muitas reformas «que não tiveram os resultados previstos, algumas produziram mesmo efeitos perversos», nomeadamente a da acção executiva.

Na sua perspectiva, «é preciso muita experimentação na Justiça» e o recurso a experiências-piloto, para testar as reformas, constitui uma maneira de «atenuar as resistências».